

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A PARTICULARIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO NO INTERIOR DA
SOCIABILIDADE CAPITALISTA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E
POLÍTICAS**

**SÃO PAULO
2023**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A PARTICULARIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO NO INTERIOR DA
SOCIABILIDADE CAPITALISTA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E
POLÍTICAS**

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao
Departamento de Geografia da Universidade de São
Paulo para outorga de conclusão de bacharelado sob
orientação do Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo.

Árizla Emanuela Pereira Quirino
10328561

**SÃO PAULO
2023**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ossos do ofício

o esforço de certo inflamou a cartilagem,
que vibra a fibra
esquerda da coluna
em aguda latejante histeria do músculo.

esse corpo caligrafia
de um Eu mudo: seios fartos,
quadris povoados de gente,
de fronteiras invadidas.

todos partem e se alimentam do que cuida,
e nem reservas se faz desse recurso de retalhos
com que recompõem em fardos dias inteiros
ocupados de chão, toalhas e panos de prato
no ombro e cortes no dedo,
enforcado por uma
aliança com nomes
registrados no cartório
do Estado.

suas vigas de ossos
sustentam tetos desabados.

resistente cartilagem,
que suportando pesos diários
se enverga feito tronco:
flexível haste que a permite
reinvenção no limite do espaço.

é fibro e cartilaginosa,
é corpo e carne,
finita e imediata.

num rasgo de seus contornos é nela
que a semente se abre,
feito terra no vaso,
esse útero em que Outro nasce.

semeia ainda que
não seja plantada.
árida ou úmida,
enche a boca e ainda cala.
mãe que obra a vida
em todas as suas escalas.

Árizla Ismália

Publicado em Chão Vermelho pela Editora Urutau,

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

AGRADECIMENTOS

Este trabalho está longe de corresponder às minhas expectativas de pesquisa, mas reúne alguns anos de reflexão, conflitos e afetos entorno daquilo que escolhi como objeto de pesquisa – a tarefa do cuidado, que a princípio, ainda me é difícil definir suas múltiplas variações e formas de aparição dentro da nossa sociedade.

Como qualquer pessoa comum aprendi a reconhecê-lo, e a não o reconhecer também, através da figura da minha mãe, que trabalhou incessantemente nesses últimos 36 anos sem direito a férias, salário, plano de saúde ou décimo terceiro, criando as condições necessárias para que eu e minha irmã nos realizássemos como “mulheres emancipadas” nesse mundo. Se hoje realizo a tarefa de concatenar experiências sociais através da escrita científica, ainda que de qualidade precária vista minha pouca inserção, devo a esta mulher, que me concedeu a liberdade, cuidando da minha alimentação, da minha escolarização, da minha saúde, gestando a minha vida material para que eu não precisasse “perder tempo” e pudesse, então, estudar. Agradeço, portanto, à minha mãe por cuidar de mim, mas também por me colocar em conflito com essa liberdade baseada no seu sacrifício, o que constituiu parte da minha preocupação de pesquisa.

Agradeço também a meu pai, um cidadão comum como “esses que se vê na rua”, que por muito tempo viveu “o dia e não o sol, a noite e não a lua”, que me ensinou a ser e não a ter, a ouvir Belchior e Luiz Gonzaga, a procurar na música e na literatura a vida que nosso povo leva. Devo a ele minha inclinação para a escrita, à poesia e à música, mas também devo, principalmente a ele, um amor incondicional pelas pessoas e pelo nosso povo, que desde criança me fora cultivado.

Agradeço a minha irmã mais velha que me ensinou a estudar, disciplinando-me para esta árdua responsabilidade que fazemos mais pelos outros do que por nós mesmos. Agradeço a minha prima Sophia pela honra de me confiar tanto de seu amor e alegria de criança, com quem aprendo a cuidar e a reproduzir, e que, neste exato momento, me acompanha sentada ao meu lado desenhando suas fantasias, me esperando pacientemente para irmos brincar.

Agradeço aos meus primos e primas, tios e tias, gente “boa, honesta e comovida que chega ao fim do dia pensando em vencer na vida”, com quem, desde criança, testemunhei brilhantes debates políticos e filosóficos, aprendendo, com isso, a admirar a inteligência e ousadia intelectual daqueles que estiveram excluídos dos espaços de prestígio social e político. Eu faço questão de reiterar que vim de uma família empobrecida, retirante nordestina que, ao longo dos anos, teve de procurar explicações para as violências que sofrera no campo e na cidade. Este trabalho, portanto, é mais um momento deste processo.

As minhas avós, Alzira e Lourdes, e avô Luiz Quirino, pelos quais recebi um amor incondicional e também aprendi sobre sacrifícios, resistência e cuidados, e a quem devo o lugar que hoje ocupo, graças a força de decisão e mobilização comunitária que estes tiveram na criação de meus pais e outros em meio a ditadura, a seca sertaneja e as dificuldades de reprodução social.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Agradeço aos meus amigos e amigas pela companhia nessa travessia interessantíssima que é a vida, especialmente a Júlia Kaori por me presentear com a força de sua consciência, sensibilidade e elaboração política sobre o mundo, com quem hoje divido a honra de ser “co-madre” e cúmplice da criação de seu filho, Akira, meu afilhado, com quem testemunho e aprendo a dura e sublime tarefa de reproduzir uma pessoa num mundo onde tudo é valor, menos a vida. Agradeço, por isso, a todas as minhas amigas e companheiras pela cumplicidade, compreensão e afeto, com quem divido o que está no silêncio do mundo. À Milena Castro, Yone Maximiano e Ana Lucena que, neste último ano, convivi intensamente, dividindo reflexões, afetos e angústias – a elas devo a gratidão por terem me acolhido tão rapidamente em suas vidas. À Bárbara Moraes, Thainã Andrade, Larissa Loyola, Helena Serizawa, Fabíola Barros, Luiza Alves, Lívia Jorge, Mariana Teixeira, Thais, Ana, Dayane Gonçalves e Luiza Garcia pela poesia, pela intimidade, por me ensinarem a ser uma mulher íntegra, de luta, responsável consigo e com os outros – e por me ajudarem na tarefa de amar e cuidar do mundo. A Ana Marys e Luciana Niro por serem as pesquisadoras que, neste último ano, aprendi a admirar e respeitar.

Agradeço também os meus amigos, especialmente Pedro Campos, Gustavo Salmazo e Guilherme Maglione, três intelectuais orgânicos, pelos anos de companheirismo, grupos de estudos e intensa atividade acadêmica e política, em que estes foram ativamente presentes na minha formação intelectual. À Raul Lopes, Matheus Fernandes, Danrley Rosa, Danylo Quirino, Cawan Quiavenato, Pedro Sardenha, Léo Ribas, Felipe Dawson e Geovanny Nascimento, que, cada um a seu modo, me deram a esperança de que a sensibilidade, o cuidado e a *feminilidade* podem ser masculinas.

Agradeço aos meus professores e orientadores por me ensinarem tanto, especialmente pelas figuras de Carlos de Almeida Toledo pela generosidade de ser um anti-mestre e humildemente acolher minhas intenções de estudo; Eduardo Giroto e Fábio Pitta pela dialogia e por terem me dado a oportunidade de me iniciar no mundo da pesquisa; e João Victor Pavesi e Glória Nunes que me ensinaram o mundo sob a ótica marxista, quando eu ainda era uma jovem de 16 anos na ETEC, e, com isso, deram-me os termos e os conceitos necessários para enfrentar o mundo e sonhar a vida que pretendo para mim e para todas as pessoas.

Agradeço, por fim, à Universidade de São Paulo, ao Departamento de Geografia e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), os quais, por meio de suas atribuições no interior da administração pública brasileira, me concederam o direito de estudar e me formar, investindo recursos financeiros e infraestruturas pagas pelo trabalho de nosso povo – este, por último, a quem pouco conheço mas devo o meu mais sincero agradecimento, reconhecimento e compromisso.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
NICE, A CUIDADORA	9
A PROCURA DE UM DIAGNÓSTICO E DE UMA SOLUÇÃO	17
Alexandra Kollontai, Lenin e a República Soviética	17
Trabalho Produtivo, Improdutivo e Reprodutivo	24
Silvia Federici, ONU Mulheres e Roswita Sholz: Contribuições contemporâneas ao debate	27
CONCLUSÕES PROVISÓRIAS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui entorno da crise adiantada pela pandemia de COVID-19 (2020-2022) que alterou significativamente a vida cotidiana da população urbana, uma vez que pudemos fazer a experiência do impacto da ausência do espaço e dos equipamentos públicos na reprodução da vida. Um fenômeno recente que tornou mais aparente a forma como este processo ocorre: com os fechamentos de escolas, com a interrupção do atendimento em creches e serviços públicos, ou privados, de acolhimento de crianças, houve a abertura de uma nova frente do mercado de serviços domésticos que, desta vez, não se restringiu somente a relação entre mulheres bem assalariadas e mulheres empobrecidas, mas, generalizou-se por todos os cantos da cidade, na medida em que mulheres de todas as condições se viram com a vida de muitos em suas mãos e única responsabilidade.

A exploração do trabalho doméstico não-remunerado, porém, não é um fenômeno recente que se restringe ao fechamento de escolas, mas é através desta ocasião que pudemos capturar a estreita relação entre a ausência de instituições públicas de reprodução social com o recrudescimento da exploração da força de trabalho feminina. É com esta ocasião que podemos enxergar com mais intensidade, portanto, o momento em que a reprodução social sai do espaço público e adentra a esfera do domínio privado e se individualiza nas mãos de mães, filhas, irmãs, tias, cunhadas e etc.

Ou seja, as questões levantadas a partir da experiência particular, das observações de campo e da leitura dos documentos oficiais que regulam as diretrizes da organização do trabalho a nível mundial e local, constituíram o tema do estudo aqui apresentado, no qual procuro associar a formação crítica do trabalho no Brasil com as formas de crise da reprodução social nas metrópoles, tendo a exploração do trabalho reprodutivo como uma de suas circunstâncias.

De todo modo, não me importa, aqui, discriminar o gênero em si daqueles que arcaram com estas responsabilidades, mas sim tentar associar o fechamento de algumas instituições públicas ao aumento da responsabilidade familiar ou individual sobre a reprodução da vida e da sociedade. Ou melhor, lançarmo-nos a pergunta sobre de que maneira esse excepcional episódio de recrudescimento da vida privada pode nos revelar a negativa fragmentação da reprodução social nas mãos de pequenas unidades familiares,

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

quando não em indivíduos atomizados. Talvez possamos refletir a experiência desta sobrecarga como apenas um ensaio do que a vida futura nos reserva caso não nos posicionemos quanto a nossa forma de sociabilidade.

Acerca do caráter metodológico, o trabalho se desenvolveu com a contribuição de Nice*, moradora de Guaianazes, com quem travei nestes últimos anos intensa conversa e convivência. A proximidade com familiares ajudou com que eu pudesse penetrar em seu cotidiano. Em segundo lugar, é feita a revisão e apreciação crítica da trajetória de abordagem do trabalho doméstico desde as feministas russas da extinta União Soviética até as mais contemporâneas, procurando, com isso, concatenar ideias para avaliar as práticas políticas por estas propostas.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

NICE, A CUIDADORA

A história aqui a ser desenvolvida possibilitará a reconstituição, ainda que não verossímil em relação à ordem cronológica dos fatos, dos acontecimentos e situações testemunhados em campo. Os relatos, por sua vez, não derivam de entrevistas sistematicamente aplicadas, mas sim de uma convivência com os interlocutores e sujeitos da realidade a ser descrita.

Os acontecimentos que permitiram as reflexões constituídas nesse trabalho se passaram no distrito de Guaianazes, bairro periférico do extremo leste de São Paulo. Mais precisamente no bairro Inácio Monteiro, nas proximidades com o Centro Educacional Unificado (CEU) que leva o mesmo nome.

Nice*, mulher parda, de origem pernambucana, de 52 anos, é personagem importante para a nossa história. Ela e seu marido, Almir¹, de 58 anos, realizaram o sonho da casa própria em 2014, quando, através de consórcio financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida², conseguiram realizar a compra de uma casa assobradada na esquina com o CEU Inácio Monteiro. Anteriormente, desde a chegada do casal a São Paulo, no ano 1987, até então, moravam nos fundos de uma Igreja Católica, como moradores de condição, na Vila Ré, bairro do distrito de Vila Matilde, também na zona leste de São Paulo.

Almir, por sua vez, é telhadista e veio para São Paulo já empregado na construção da casa de um parente, uma vez que os serviços estavam cada vez mais escassos na cidade de origem. Por aqui e naquela época, ele me dizia, *os pobres tinham uma vida mais próspera e construíam casas*, o que mantinha a empregabilidade de pedreiros e telhadistas como ele. Almir, portanto, se especializou no ramo de telhados, chegando, nos anos 2000 até 2015, a conquistar uma poupança razoável para alçar novos empreendimentos e, enfim, sair da moradia por condição.

Nice, por outro lado, trabalhava de forma não-remunerada na manutenção da igreja: fazia a limpeza dos salões, dos assentos, do chão, mobília e tudo o que era

* Nome fictício dado para preservar a identidade pessoal dos sujeitos envolvidos na história.

² O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi um programa de habitação federal do Brasil criado em março de 2009 pelo Governo Lula. O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

necessário, além de ter se encarregado, durante anos, com a administração do uso do espaço. Ela conta que, nas épocas de quermesse, quando a igreja ficava aberta ao público, constituía-se seus piores momentos, *porque toda a responsabilidade em relação à proteção do patrimônio ficava em suas mãos*³. A limpeza, ainda em dias de festas, também ficava por sua conta, ainda que algumas “irmãs” da igreja e parentes próximos viessem ajudá-la.

Durante esses anos de prestação de serviço, Nice acabou por adquirir um problema renal que lhe custou muitas cirurgias. Os períodos de recuperação eram atravessados pelos constrangimentos com os cuidados da igreja, mas também, assim ela conta, pelas visitas de seus parentes e parentes do marido, *pois havia se instaurado um consenso de que ela era uma boa servidora, e a sua casa tivera se tornado o ponto de acolhimento de outros familiares empobrecidos*. Ela conta que, em seu corpo, gravaram-se muitas dores desta época, que, vez ou outra, custam a recordação.

Confusa, Nice lamenta tais abusos com uma sombra de dúvida moral: para ela, cuidar é um dom divino, algo que a aproxima da vida eterna, ainda que lhe cause sofrimento e sacrifício. No entanto, quando reconhece os abusos que sofreu, *lamenta também sentir-se culpada por reclamar dos “desígnios de Deus” para a sua vida*. Assim, Nice é uma mulher que reivindica para si, e com orgulho, a qualidade de cuidadora e servidora. Posto este que a coloca ao lado de Nossa Senhora, Virgem Maria, mulher da qual Nice é grande admiradora.

Em sua nova casa, em Guaianazes, ela conta ter posto, em primeiro lugar, a estátua de Nossa Senhora que tivera ganhado de sua sogra, anos atrás. A estátua lá permanece, rodeada por nós e pelas tramas da reprodução familiar.

A saída da igreja para a casa em Guaianazes fora acompanhada de grande comoção familiar. Parentes que ajudaram no amortecimento de parcelas, outros na reforma, na mudança e na aquisição de novas mobílias. Sem a solidariedade dos familiares sequer a negociação teria sido feita, já que está fora liderada pelo cunhado que, segundo suas palavras, *“era entendido de leis e finanças”*. Segundo seu relato, para os parentes envolvidos na trama de Nice e Almir, a compra do imóvel liberaria o casal da dívida com a igreja e, conseqüentemente, da prestação interrupta de serviços e trabalhos

* As inscrições em itálico acompanhadas das aspas indicam trechos do discurso onde estão preservados os termos e significantes utilizados pelos interlocutores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

à comunidade. Era assim que o casal, portanto, vislumbrava o fim de jornadas de trabalho exaustivas, almejando um futuro mais sossegado e organizado.

Mas não tardou para que alguns problemas de ordem familiar aparecessem. Da família de Nice, ela era a única que, naquele momento, alcançou certo grau de estabilidade perante os outros irmãos, mas, principalmente em relação à irmã mais nova, Maria*, que com ela vivia desde então. Maria após ter se casado e engravidado de seu primeiro filho, Manoel*, foi morar de aluguel próximo a Nice, tendo a irmã como principal cuidadora do filho para que pudesse sair para trabalhar.

A mudança de Nice e Almir para Guaianazes iria dismantlar, portanto, a cooperação estabelecida entre ela e a irmã. Nesse caso, o casal e o filho também deveriam se mudar, ainda que não tivessem a mesma condição financeira para tal. Nas proximidades do asfalto, em Inácio Monteiro, havia uma ocupação irregular já consolidada há alguns anos. Maria e seu marido adquiriram um *“barraco na favela”*, sendo este o modo que encontraram de continuar próximos de Nice para não perder o acolhimento desta para com seu filho. Maria, por sua vez, trabalha como atendente numa loja de sorvetes e milk-shakes num terminal de ônibus da Zona Leste, enquanto seu marido é empregado numa fábrica de plásticos, baldes e cabides.

Efetuada a mudança, Nice permaneceu, durante os últimos anos, num esforço de re-territorialização⁴ naquele novo lugar. Passou a frequentar a igreja, os grupos de oração, a constituir relação de amizade com as pessoas do bairro por intermédio da comunidade cristã e também da escola de seu sobrinho. Ela comenta que as diferenças entre a Vila Ré e Inácio Monteiro influenciaram muito no seu acolhimento, porque na Vila Ré, bairro de classe média, já não se sentia tão bem-vinda quanto no início da década. Tanto ela quanto Almir, que costumava frequentar os bares da redondeza, disseram testemunhar a redução de nordestinos no bairro, dizendo que *“aquela gente da Vila Ré havia mudado de cara e sotaque”*. Em Inácio Monteiro, por outro lado, ambos dizem se reconhecer mais uns com

⁴ O território é, com isso, produzido pelos usos e funções, organizado mediante as necessidades de reprodução e produção de uma sociedade, e também o próprio meio (para atingir um fim) (RAFFESTIN, 1993 apud HAESBAERT, 2004: p. 3), a partir da apropriação material e simbólica do espaço, para realização dos sujeitos, grupos sociais e classes. Portanto, território e territorialidade estão associados ao processo de apropriação material e simbólica por parte dos sujeitos que vivem e circulam pela cidade. Neste sentido, nos interessa a concepção de território como espaço-tempo vivido e apropriado simbolicamente pelo uso do espaço a fim de alcançar satisfação das necessidades de sobrevivência ou reprodução de um grupo (LEFEBVRE, 1986 apud HAESBAERT, 2004: p. 1-4).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

os outros, e Nice faz questão de enfatizar que a solidariedade é muito maior, embora os “abusos de gente folgada” também.

“Aqui”, ela diz referindo-se ao novo território, “a gente pode conseguir ajuda dos vizinhos, a porta de casa permanece aberta uns para os outros, nunca estamos sozinhos, mas também, por outro lado, às vezes a gente perde a privacidade e tem que fazer coisas quando não quer, ou não tem condição de fazer”.

Apesar de tudo, o casal é muito bem acolhido na comunidade, respeitados pela devoção e compromisso com a Igreja Católica, e admirados pela simpatia e disposição de ajudar. Almir circula pelos bares do bairro, enquanto Nice pelos grupos de oração. Assim ambos reconstituíram a sua vida social, até que veio a pandemia e alterou significativamente a dinâmica do casal.

Com o início da pandemia e a generalização do isolamento social, Almir que já vinha perdendo espaço na disputa com empresários no ramo da construção civil, perdeu completamente as ofertas de serviço. Antes mesmo o telhadista já tivera notado mudanças na contratação de serviços dentro do setor que, agora, priorizava a contratação de construtoras ao invés de trabalhadores autônomos. Assim como o perfil dos empreendimentos também tivera mudado, passando da auto-construção de empreendimentos familiares para o domínio das construtoras. O espaço de negociação se tornou, por isso, menor em relação aos últimos anos, uma vez que a negociação se dá no âmbito empresarial e não mais entre contratante e contratado como antigamente.

Perguntado sobre a possibilidade de se incorporar a uma dessas construtoras, Almir confessa que esta é uma sugestão constantemente defendida por seus familiares, mas que significaria, para ele, a perda completa da sua autonomia, uma vez que na empresa ele seria um “*empregado e não um profissional*”. Por mais difíceis que sejam os contratos, na sua situação, ele tem controle total do orçamento e pagamento, enquanto que, na construtora, ele perderia a percepção real do custo do serviço, recebendo abaixo do que receberia como autônomo.

Tal movimento convulsionou as despesas familiares. Ainda sem o auxílio emergencial de R\$ 300 (primeiro valor anunciado pelo Governo Federal na época, em 2020), o casal teve de procurar remuneração em outras frentes de serviço. Almir não encontrou outras ocupações, mas Nice passou, então, a cobrar por serviços de cuidadora e babá. Através da igreja, Nice conheceu a avó de Miguel*, uma criança autista de 12 anos de idade, que, na ocasião, estava descompensada pelo fechamento de escolas. A filha

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

e a avó, portanto, procuravam alguém que se encarregasse de Miguel das 8h às 18h da tarde, para que ambas pudessem continuar trabalhando fora.

Sol*, mãe de Miguel, mulher branca de 34 anos de idade, é empregada doméstica e trabalha em casa de família desde os 30 anos, na região do Morumbi. Com o início da pandemia, entretanto, a família que emprega Solange solicitou que essa passasse a dormir no serviço para evitar a contaminação pelo coronavírus. Lá Solange se encarregava, além dos serviços do lar, dos cuidados com uma idosa, mãe de sua cliente. Os patrões não permitiram que Miguel viesse ao trabalho junto com a mãe, pois isso iria atrapalhar o repouso da senhora, assim como geraria perturbações aos patrões, que trabalhavam em casa e eram professores numa universidade particular de São Paulo.

Sol optou, primeiramente, por deixar o filho com a mãe, mas por conflitos de convivência entre as duas, esta não aceitou se encarregar integralmente dos cuidados com Miguel. Com isso, Sol decidiu por terceirizar os cuidados do filho com uma cuidadora da comunidade, que ficasse próxima a casa de sua mãe. Não queria abandonar o emprego porque os patrões lhe pagavam bem e assinavam sua carteira de trabalho, além disso havia acabado de financiar um imóvel junto com o marido, que, por sinal, havia perdido o emprego de atendente numa mecânica.

Nessa história, entretanto, o marido de Sol e pai de Miguel, só veio aparecer um tempo depois. Nice aceitou cuidar de Miguel pelo salário de R\$ 300. Era o que Sol poderia pagar, segundo sua mãe, que intermediava todos os processos. No entanto, os problemas não tardaram muito a surgir: Miguel, por ser uma criança hiperativa e neuroatípica, exigia de Nice cuidados que esta não tinha qualificação para dar. Crises e surtos passaram a acontecer com frequência, e a casa de Nice, aos poucos, foi estilhaçada pela dinâmica com o garoto. Ela relata que seu celular, a TV, a porta da geladeira, e outros eletrodomésticos foram danificados pelo garoto nos seus momentos de fúria.

As fúrias, por conseguinte, apareciam sempre em relação ao pai que, segundo Nice, era estranhamente displicente com o garoto. Ela temia que Miguel sofresse de algum tipo de rejeição, visto que, com o tempo, até mesmo a avó passará a tratá-lo com mais agressividade e a terceirizar mais ainda os seus cuidados na mão de Nice.

O envolvimento afetivo com o caso de Miguel não estava previsto por Nice quando ela aceitou o trabalho pela remuneração estabelecida. Além do mais, mais tarde a alimentação de Miguel também passou a participar dos custos de reprodução do casal, de modo que os R\$ 300 iniciais passaram a render muito pouco. Nice procurou Sol e a

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

avó para negociar um aumento, mas tudo ocorreu sem sucesso. A avó, segundo Nice, fugia de qualquer tipo de responsabilização, enquanto a mãe lamentava não poder aumentar a remuneração porque também tivera cortes no salário como empregada. O pai de Miguel, quando procurado por Nice, buscou, então, recompensar parte dos gastos doando-lhes a cesta básica que recebia da comunidade evangélica a qual pertencia.

Enquanto isso, outro problema surgiu no horizonte do casal: Almir, apesar de não estar empregado, ainda era responsável pela remuneração de seus ajudantes. A fim de adiantar parcelas do salário de seus funcionários, por indicação de um deles, resolveu fazer empréstimo com um agiota, que dizia-lhe ser seu amigo. O empréstimo fora concedido com juros de 12% ao ano, fazendo com que a dívida aumentasse rapidamente.

O amigo que tinha concedido empréstimo era um conhecido da mesma cidade de origem de Almir - Tabira, PE -, que em São Paulo construiu um pequeno patrimônio com casas alugadas, tendo se criado no ramo imobiliário e de empréstimos financeiros. A dívida contraída por Almir, porém, terminou por encurrular mais as despesas da casa que, mesmo com o auxílio de R\$ 300 que Nice recebia, não se liquidava. Nice precisava administrar a alimentação de seu marido, de Miguel, Manoel e, por último, a sua. Conta que, durante meses, teve de economizar no corte das carnes para fazer com que rendessem, além de sacrificar o seu próprio pedaço para alimentação das crianças.

Ela me confessa que as atitudes do marido a desrespeitam, porque, no fim, quem terminou por se responsabilizar pela sobrevivência de todos fora ela. Reclama que seu marido poucas vezes a ajudou no cuidado com as crianças, permanecendo boa parte do tempo fora de casa, na maioria das vezes no bar.

Na impossibilidade de conseguir um aumento com a mãe de Miguel, Nice encontrou solução acolhendo mais uma criança. Então, passou a cuidar de Arthur* no final de 2020, uma criança de 2 anos de idade, ainda muito dependente das pessoas adultas. Arthur teria de ficar com Nice das 15h às 2h da manhã, sendo levado pelo pai ou pela avó, e depois, buscado pela mãe durante a madrugada. Emilly*, a mãe de Arthur, é uma mulher negra de 23 anos de idade, que havia conseguido emprego de atendente numa pizzeria em Itaquera. Ela trabalharia das 17h à 1h da manhã, tendo que deixar Arthur com outra pessoa. A mãe de Emilly, por ser bastante idosa, não conseguiria arcar com as responsabilidades em relação ao neto, já o pai de Arthur não tivera assumido a paternidade da criança. Sobra para Emilly a procura de uma mulher em sua comunidade que possa realizar o serviço dentro de um preço que lhe caiba.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Nice, então, passou a cuidar de Miguel das 8h até às 16h da tarde, e de Arthur, das 15h até às 2h da manhã. Ela relata que a rotina de trabalho é bastante cansativa, ainda mais porque as crianças a exigem muito afeto e atenção. Se tratam de crianças, como ela mesmo qualifica, *vulneráveis e inseguras*. Ela demonstra preocupação em relação a como as crianças percebem a dinâmica, uma vez que *se veem na mão de pessoas desconhecidas*.

De qualquer maneira, Nice tenta suprir as ausências dando-lhes carinho, algo que, segundo ela mesmo menciona, não ter dinheiro que lhe pague. Ela explica, por exemplo, que o vínculo afetivo criado em relação a Miguel e a Arthur *a fez sofrer mais, porque passou também a sentir pela vida deles*.

Eu sempre cuidei dos meus sobrinhos, mas eles têm os pais por perto. Eu sabia o que acontecia na casa deles, se estavam bem. Quando comecei a cuidar de crianças para fora, não imaginava o sofrimento que ia encontrar. Eu sei da saúde e do bem-estar delas enquanto elas estão comigo, mas sabe-se lá Deus o que acontece quando não. Eu aprendi a desconfiar dos pais, sinto que eles não querem as crianças, então elas ficam "bolando" na mão das pessoas. (Fala de Nice).

A cuidadora conta sobre um dia em que o pai de Arthur foi até a sua casa para buscar a criança às 1h da manhã. Ele estava bêbado e o pretexto para a repentina busca da criança era um conflito entre ele e Emilly. Com a criança, ele poderia chantageá-la. Nice conta que, nesse dia, ficou muito assustada e, então, percebeu onde *"havia se metido"*. Ela ligou para Emilly que imediatamente atendeu e aconselhou não entregar a criança ao pai. Isto foi feito, mas o pai ficou por horas gritando e incomodando os vizinhos até a chegada de Emilly. Os vizinhos acionaram a polícia militar que, por fim, detiveram o pai para, com isso, liberar Emilly e o filho.

Os dias de 2020 e 2021, para Nice, se passaram envoltos de Miguel e Arthur, tendo a ajuda do sobrinho, Manoel. Com a renda de R\$ 600 ao mês com os serviços prestados, mais o auxílio emergencial e auxílio gás, que só ela tinha o direito, o casal foi "se virando" para sobreviver.

Mesmo após a reabertura das escolas públicas, a dinâmica não tivera se alterado tanto. Durante a parte da manhã, Miguel ia à mesma escola que Manoel. Ao fim do período matutino, Nice os levava para casa para o almoço. Eles passavam a tarde

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

brincando, enquanto Nice cuidava da casa, da alimentação e se preparava para a chegada do Arthur, com quem ficaria até de madrugada.

Mas, ao que parece, não era apenas com a reprodução das crianças que ela se responsabilizava. Entrava na sua rotina de trabalho, não apenas o preparo das marmitas do marido, como também o almoço que beneficiaria a irmã, o cunhado e outros parentes que ali moravam por perto. Em uma de nossas visitas, sentadas na garagem de frente para a calçada, lembro de Nice ser interrompida por um de seus irmãos que, com um pote de plástico em mãos, pedia-lhe licença para pegar um pouco do almoço. Ela conta, depois, que a ajuda que oferece a sua irmã e ao cunhado em muito incomoda o marido, mas que ela não pode fazer nada sobre. A irmã e o cunhado trabalham o dia inteiro e não teriam como cozinhar sobrando para ela este favor. Ela conta que estes a ajudam contribuindo com as compras mensais.

A trajetória de Nice como cuidadora, segundo seus relatos, fora marcada por momentos humilhantes e desafiadores, como ela mesmo define. Ela assume não estar preparada para cuidar de uma criança autista sentindo medo, inclusive, de traumatizá-la com condutas inadequadas. Além disso, o problema com a remuneração é persistente e sempre objeto de situações que a constroem, como por exemplo a vez em que Emilly, como agradecimento a Nice, deu-lhe uma TV, sendo esta depois retirada pela avó, mãe de Emilly, sob o argumento de que o aparelho deveria ser dela e não de Nice e sua família.

Ela diz que o problema do dinheiro não é o que mais a constrange, tendo em vista que os seus “clientes” também recebem pouco, mas sim a ausência de reconhecimento e gratidão em relação ao seu trabalho. Ela comenta perceber que os pais e as avós das crianças a tratam como “coitada”, como se estes estivessem fazendo um favor a ela, remunerando-a, sendo que, na sua percepção, o favor é uma troca mútua de necessidades e demandas dos dois lados.

Acompanhei a trajetória de Nice durante os dois anos de pandemia até o retorno presencial, sei também que, nesse interim, ela arriscou trabalhos como domésticas em casas de família, mas não conseguiu se adaptar ao trabalho e as exigências de seus patrões. Em fevereiro de 2021 ela fez um teste como babá na casa de uma família no Butantã. Ela fora chamada para substituir temporariamente a ausência de outra babá que, segundo a patroa, estava com COVID-19 e afastamento médico pela terceira vez.

Nesse caso, os pais da criança trabalhavam de casa, permanecendo, portanto, todo o tempo próximo de Nice. Sobre a experiência Nice relata ter sido frustrante e esquisita.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Ela se sentiu constantemente vigiada, tendo sido recriminada diversas vezes pelas suas atitudes, que para nós são populares e comuns, na relação com a criança. Por exemplo, numa situação de conflito entre a mãe e a criança, para evitar que esta machucasse a mãe que estava grávida, Nice abraçou-a colocando no colo para acalmá-la. A mãe, por sua vez, se sentiu ofendida com a atitude intuitiva de Nice recriminando-a sob o argumento de que isso deslegitimou o papel de autoridade da mãe frente à filha. Por esses e outros conflitos culturais, Nice não se adaptou ao trabalho e preferiu continuar cuidando de crianças mais próximas da sua vivência social.

A PROCURA DE UM DIAGNÓSTICO
E DE UMA SOLUÇÃO
Alexandra Kollontai, Lenin e a República Soviética

Tendo em vista o relato acima é notório que a mulher, sobretudo a mulher empobrecida, desempenha um papel no desenvolvimento da economia capitalista, porque o dispêndio de energia e sensibilidade envolvidos no trabalho doméstico de cuidados substituem uma massa de políticas sociais e estatais que poderiam se responsabilizar pela alimentação, reprodução e cuidado com crianças e idosos.

A primeira geração de mulheres do marxismo-feminista que se dedicou a pensar a tarefa doméstica no interior das relações de produção capitalistas teve sua culminância na Revolução Russa de 1917, tendo Alexandra Kollontai (1921: p. 4) como principal expoente. Na interpretação da militante bolchevique e uma das principais aliadas de Lenin (1921) no desenho das políticas estatais soviéticas para reprodução da classe trabalhadora, a emancipação feminina do fardo da maternidade e da vida familiar era um objetivo central para reinserção das mulheres na vida pública e política do país.

Para Kollontai (1921: p. 5), o tempo dispendido para reprodução familiar privada correspondia a uma enorme massa de trabalho em potencial inutilizado pelas forças produtivas gerais. Em suas palavras, o problema dá-se pelo fato do produto do trabalho doméstico circular publicamente na forma de energia em potencial para uso e exploração industrial, mesmo esta tarefa sendo realizada de forma privada e alienada do acesso a recursos públicos e comuns. Para ela, portanto, o problema se resolveria com a reintegração do trabalho reprodutivo à vida pública, liberando as mulheres do trabalho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

materno e doméstico, para que estas pudessem, então, cumprir outras funções no desenvolvimento da economia socialista.

Deste modo, o trabalho doméstico representa para o Estado Soviético uma massa de trabalho improdutivo que deve ser revertida para o desenvolvimento da indústria e das infraestruturas públicas (KOLLONTAI, 1921: p. 6). Sendo assim, do ponto de vista da teórica e militante, o maior problema da questão feminina é o aprisionamento da sua força de trabalho na instituição familiar privada, instituição essa que o Estado Soviético pretendia eliminar, reintegrando a força de trabalho feminina ao desenvolvimento da república.

Ainda que do ponto de vista da crítica do valor esta teoria reafirme o trabalho abstrato e produtor de mercadorias como horizonte evolutivo do humano em geral, é inegável, por outro lado, que as elaborações desenvolvidas por Kollontai e feministas da época tenham impactado significativamente o desenho das políticas de gestão populacional, que colocadas em exercício também pelos modelos de bem-estar social e nas democracias liberais, contribuíram, pelo menos, para diminuição da exploração feminina dentro da economia.

As políticas de educação infantil oferecidas gratuitamente pelo Estado, desde a primeira infância até a idade de escolarização, seguiram princípios reivindicados por feministas e movimentos sociais⁵ que defendiam a responsabilização estatal pela educação de crianças e adolescentes, uma vez que estes seriam, futuramente, empregados para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Sobre isso Kollontai considera:

Adotando-se esse ponto de vista, a questão da emancipação das mulheres do fardo da maternidade soluciona-se por contra própria. O Estado operário estabelece um princípio totalmente novo: a criação das novas gerações não é uma questão familiar

⁵ Em 2003 o Ministério da Educação sob coordenação de Tarso Genro (PT) publicou um documento de apreciação dos então 15 anos de expansão das políticas voltadas para educação infantil desde sua promulgação na constituição de 1998, no documento os organizadores explicitam os aspectos que levaram a legitimação deste dever para o Estado nacional: “Um aspecto importante na trajetória da educação das crianças de 0 a 6 anos, gerado pela sociedade, é a pressão dos movimentos sociais organizados pela expansão e qualificação do atendimento. Historicamente, essa demanda aumenta à medida que cresce a inserção feminina no mercado de trabalho e há uma maior conscientização da necessidade da educação da criança sustentada por uma base científica cada vez mais ampla e alicerçada em uma diversificada experiência pedagógica. ”. (MEC, 2003).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

privada, mas um interesse sócio-estatal. A proteção e salvaguarda da maternidade não é apenas do interesse da própria mulher, mas, principalmente, do interesse da economia nacional, *ao longo da transição para um sistema socialista: é necessário resgatar as mulheres do gasto de energia improdutivo no ambiente familiar para que tal energia seja utilizada de modo eficiente para o benefício coletivo*; é necessário proteger sua saúde a fim de garantir à república operária um fluxo de trabalhadores saudáveis no futuro. (KOLLONTAI, 1921: p. 7)⁶

A partir destas considerações, é possível aferir, que, do ponto de vista de Kollontai, a situação relatada aqui seria enquadrada como consequência da omissão do Estado sob a responsabilidade de incorporar o cuidado das crianças para que estas mães e mulheres possam se inserir no mundo de trabalho de forma livre e desassociada de outras funções⁷, assim como os homens. Faltaria, portanto, planejamento para que a infraestrutura escolar e assistencial conseguisse alcançar as demandas de cuidado com as crianças e adolescentes, de modo a contemplar todos os perfis de trabalho e jornadas desempenhadas por suas progenitoras.

Isto é, como dever do Estado em garantir a livre inserção de mulheres no mercado de trabalho, dentro das particularidades que este impulsiona, a política educacional, para além do intuito formativo, deveria criar estratégias para ampliar a oferta de serviços e atendimento, de modo a contemplar as demandas existentes.

No contexto brasileiro, a partir de diagnóstico elaborado pelo Ministério da Educação em 2003, a prestação de serviços educacionais voltados para crianças de 0 a 6 tornou-se responsabilidade estatal a partir da Constituição de 1988:

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em

⁶ Excerto retirado do manifesto O Trabalho Feminino do Desenvolvimento da Economia escrito em 1921 para república soviética.

⁷ Considerando que o trabalhador livre é um trabalhador despossuído de meios de vida, desterritorializado e, portanto, sujeito a mobilidade do trabalho, a mulher quando mãe e provedora de segurança material e emocional figura como uma trabalhadora que, apesar de acessos o mercado, ainda é meio de vida e reprodução para outras pessoas, tendo em vista que sua tarefa com a reprodução familiar está no campo da prática e do dispêndio de força, e não apenas no sustento financeiro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Lei afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função de cuidar. Essa inclusão constituiu um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país. (MEC, 2003: p. 3).

Segundo o documento, com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho concomitante ao intenso processo de urbanização do país durante os anos 70 a 80, criou-se uma demanda pela incorporação de crianças e adolescentes em serviços de assistência social. Como estes equipamentos ainda não eram contemplados pela legislação vigente e não haviam adquirido significativa importância na infraestrutura pública, a pressão da demanda combinada a insuficiência de recursos financeiros por parte da população, levaram ao crescimento de uma rede de serviços de cuidados prestados por fora do sistema de ensino. Difundiu-se, a partir disso, “formas alternativas de atendimento” (MEC, 2003: p. 4), pelos quais os critérios básicos relativos a infraestrutura e à formação dos envolvidos no trato com as crianças eram relevados, “empregando, em geral, mulheres empobrecidas, no cargo de crecheiras, pajens, babás e auxiliares” (MEC, 2003: p. 4).

A partir disso, é possível identificar que o surgimento e consolidação do emprego de babá se deu no contexto de acelerada expropriação de mulheres do campo, rápido adensamento populacional nos grandes centros urbanos, e baixa incorporação de trabalho em relação a população economicamente disponível. Esse triângulo de fatores nos ajuda a compreender a trajetória da categoria de babá para além do seu surgimento no período do escravismo colonial. Deste modo, a ocupação já existente no Brasil encontrou naquele processo novas vias de desenvolvimento, ganhando novas qualidades e características de atendimento, que passaram da relação entre mulheres de classes distintas para uma troca de serviços entre mulheres pertencentes ao mesmo extrato social.

Do ponto de vista social tal crise aparece como alta de desempregos e aumento da “economia de sobrevivência”, forma de exploração do trabalho capturada na teoria *miltoniana* pelo modelo do *Circuito Inferior da Economia Urbana*, caracterizado pela

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

pulverização do setor autônomo de serviços como forma de extração de renda. O fenômeno da urbanização mediada pela circulação de dinheiro desubstancializado nos permiti pensar a expansão dos processos de expropriação de terra com a imediata proletarianização da população sem a incorporação desta em processos produtivos. Ou seja, a forma-mercadoria do espaço se impõe como “processo econômico abstrato dominante” (DAMIANI, 2009: p. 6), a propriedade privada da terra se repõe junto às relações capitalistas de produção, baseadas na individualização e concorrência por trabalhos e direitos.⁸

Tal consideração nos importa pois supera a perspectiva dualista e nos ajuda a aprofundar a complexidade envolvida na questão do trabalho doméstico e de cuidados prestados nas grandes cidades que, segundo documento do MEC (2003: p. 4), é assumido como consequência da omissão da legislação vigente sobre os deveres do estado para com os cuidados de crianças e adolescentes cujo as mães e os pais foram para o mercado de trabalho.

Atualmente os serviços educacionais do Estado de São Paulo, por exemplo, são realizados dentro do horário comercial estabelecido das 7h às 17h da tarde. No caso das creches públicas municipais, em todo o estado, o atendimento se dá no mesmo horário. É a partir dos 6 anos, porém, que a instituição passa a atender por meio período, geralmente mantendo a criança na instituição escolar por, no mínimo, 4 horas e 40 minutos.

As duas crianças atendidas por Nice, contudo, não teriam suas necessidades contempladas por nenhuma das estratégias existentes, uma vez que a mãe de Arthur, atendente de uma pizzaria, possui jornada de trabalho fora do horário comercial, realizado das 15h às 1h da noite. Mesmo com a creche, a criança continuaria necessitando dos cuidados de uma babá que o atendesse por fora do sistema de ensino. A segunda criança atendida por Nice, que tem os seus 10 anos de idade, frequenta a escola até às 11h40 da manhã, depois quando liberado também continuaria sob os cuidados de uma cuidadora.

⁸ É importante levar em consideração que os processos de expropriação de terra combinam, portanto, a ruptura da auto-suficiência de uma comunidade com o reposicionamento desta como parte integrante do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas globais. Mas, para que haja essa fragmentação integradora é preciso o concurso da economia política, isto é, da criação das condições de reprodução das relações capitalistas de produção, fundada na formação da propriedade privada como coerção fundante para o trabalho livre.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Existem atualmente no município de São Paulo três grandes equipamentos de extensão cultural e formação integrada que acolhem gratuitamente crianças e adolescentes em caráter extra-curricular; estas atividades, geralmente voltadas para o desenvolvimento artístico e esportivo, são encontradas nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), implementados pela primeira vez no mantado municipal de Marta Suplicy (PT - 2002), tendo como principal idealizador o político e educador Anísio Teixeira; nas Fábricas de Cultura, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo com administração de Organizações Sociais; e, por fim, nos Circo-Escolas, programa de acesso a formação artística e esportiva administrado pela Prefeitura de São Paulo em parceria com a Associação Cristã de Moços (ACM), instituição filantrópica da igreja católica.

Ao todo, são 59 unidades do CEU (Centro Educacional Unificado) espalhadas pelas periferias de São Paulo, Osasco e Guarulhos, 8 Fábricas de Cultura e 5 Circo-Escolas. São projetos de máxima importância para o desenvolvimento educacional, artístico e esportivo para crianças periféricas, mas que contam com a permanência e prioridade do investimento público a cada troca de gestão.

No território que circunscreve a nossa história, Nice mora próximo ao CEU Inácio Monteiro, onde um de seus sobrinhos, que também fica sob seus cuidados, estudou por dois anos, dos 7 aos 9 anos idade. A infraestrutura da escola é aberta ao uso livre por estudantes e moradores do bairro, o que contempla as atividades lúdicas que as crianças participam ao longo do dia após o período letivo. No entanto, segundo Nice, o serviço educacional, do ponto de vista da relação dos professores com os alunos, é que contribuiu para a retirada de seu sobrinho da unidade. Na sua percepção, o fato da escola obter uma estrutura “*muito rica*” faz com que os alunos regulares sejam constantemente constrangidos e limitados pelos professores e pela direção. Após um episódio de preconceito por parte de uma professora em relação ao seu sobrinho, que, por sua vez é diagnosticado com TDAH⁹, ela e os pais tomaram a decisão de transferi-lo para uma escola básica regular.

A trajetória escolar do sobrinho de Nice explicita para nós que as políticas educacionais, quando voltadas para gestão populacional, na prática de seus gestores e

⁹ Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – diagnóstico cada vez mais frequente entre alunos de escolas públicas e privadas implicando, principalmente, medicalização precoce.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

realizadores ainda estão imbuídas de preconceitos de classe e raça contra a população atendida, que, nesses espaços, muitas vezes se vê constrangida ao uso livre desses equipamentos, por “*custarem muito caro*” ao Estado.

Kollontai está certa sobre a necessidade de expansão de meios coletivos de reprodução da vida, que reinsiram a tarefa reprodutiva na totalidade da vida pública, porém, quando tais estratégias são incorporadas no interior do Estado Burguês, das democracias liberais, tais programas voltados para a reprodução da vida são mesclados a ideologias de gestão e controle populacional que enquadram e estigmatizam a população atendida, muitas vezes perpetuando, através de práticas de racismo institucional, a fragmentação social.

Em um dos campos tive a sorte de conhecer um dos vizinhos de Nice, Diego Borges, hoje estudante de engenharia pelo PROUNI¹⁰ e militante da Unidade Popular (UP), que me autorizou a apreciação de seus comentários, assim como exposição da sua identidade. Ele fora estudante do CEU até os 14 anos de idade e, depois, participou do Programa de Ensino em Tempo Integral (PEI)¹¹ do Governo de São Paulo. Na conversa o estudante fez um comentário que em muito revela a natureza da experiência no interior desses centros educacionais de referência, ele disse:

A estrutura da escola em tempo integral, de fato, é muito melhor que a escola regular. Chega a ser como uma ETEC. Porém, o mais difícil é que lá dentro somos pressionados a demonstrar desempenho, como se tivéssemos que “pagar”, com o nosso esforço, por aquela infraestrutura. Em muitos momentos eu senti que tudo aquilo não era pra ser meu. Eu tinha que provar que poderia ser meu, a todo momento.

(Fala do entrevistado)

É evidente, portanto, que a prática social interna aos equipamentos importa tanto quanto a infraestrutura oferecida por esses. A forma como as crianças são colocadas em relação aos objetos estatais constitui um primeiro passo na formação moral do trabalho, onde o acesso a direitos se dá através do desempenho e do dispêndio de energia. Kollontai (1921: p. 6), nesse sentido, enfatiza que o objetivo da política, por mais parecidos que sejam os equipamentos, variam do Estado Burguês para o Estado Socialista. Segundo a autora, não é possível tratar a questão da maternidade,

¹⁰ Programa Universidade para Todos ou Portal Único de Acesso ao Ensino Superior foi criado em 2004 pelo Governo Federal para distribuição de bolsas de estudos, sob a forma de isenção de mensalidades, nas instituições privadas do ensino superior.

¹¹ Programa de Ensino em Tempo Integral implementado desde 2019 pelo Governo do Estado de São Paulo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

dentro do Estado Burguês, como super - exploração do trabalho feminino e, portanto, responsabilidade pública na defesa e garantia da saúde tanto da mulher quanto da criança. A falta de unidade entre os interesses da economia privada e o da economia nacional, deste modo, dificultaria a compreensão da importância do envolvimento estatal na formação de trabalhadores “saudáveis e aptos ao trabalho produtivo voltados para a república” (1921: p. 3).

Em outras palavras Kollontai tenta discriminar que no Estado Burguês o trato com a classe trabalhadora se dá através do gasto para sua reprodução, enquanto no Estado Socialista, tal custo assumido nacionalmente se daria como um investimento no próprio desenvolvimento da economia. Para ela a maternidade tal como existe hoje deve ser um problema a ser superado pela “criação socializada”.

No entanto, precisamos avaliar, com isso, o forte envolvimento de tais políticas com o fornecimento de mão de obra para o mercado de trabalho. Afirmar a importância destes equipamentos por este viés, hoje, nos parece anacrônico, uma vez que o trabalho, mesmo nas economias socialistas, viu-se em crise pelo ritmo do desenvolvimento das forças produtivas. A criação de trabalho abstrato, do ponto de vista que aqui exploramos, não pode ser o que justifica a importância da criação e reprodução da vida de maneira socializada.

Trabalho Produtivo, Improdutivo e Reprodutivo

Conforme Dieter (2014: p. 4) e a própria experiência social a que todos estamos submetidos, argumentar sobre uma crise do trabalho não é algo incomum¹². O acesso as condições de assalariamento no Brasil nunca foi um direito generalizado para toda população, embora o dinheiro tenha continuado a ser principal meio de troca para que as pessoas se reproduzam.¹³

¹² O desenvolvimento das forças produtivas, como desdobramento lógico da necessidade inerente de ampliação da reprodução do valor para remuneração dos capitais individuais, e, reposição dos processos produtivos levaram, contraditoriamente, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Quando o desenvolvimento técnico-científico torna possível a automatização absoluta dos processos de produção de mercadorias, o capital perde substancialidade, na medida em que o valor tem como lastro o tempo de dispêndio de trabalho abstrato. O dinheiro como representante do valor se autonomiza tornando-se o próprio instrumento-mercadoria de simulação deste, através das bolhas especulativas e dos mercados de empréstimo (DAMIANI, 2009: p. 5).

¹³ Para haver necessidade da mercadoria, como recurso da reprodução da vida, é preciso haver antes a expropriação dos recursos naturais e a alienação destes na mão de poucos. O antigo trabalhador da terra que reproduzia sua vida comunitária sob o domínio direto das condições de reprodução, dos recursos naturais e das formas de trocas de trabalho e atividades a nível pessoal entre membros da comunidade,

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O trabalho tem sido abordado, até mesmo pelos movimentos sociais e partidos, como meio natural de acesso e realização do sujeito dentro de qualquer forma social, sendo este uma característica ontológica do ser-humano. A principal crítica advinda, portanto, dos movimentos que se constituem entorno do paradigma da sociedade de classes, é a de que o desenvolvimento das forças produtivas que, por sua lógica leva a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo, subtrai do ser-humano o seu “direito fundamental”, a de se realizar e se desenvolver através do trabalho.

Mas tal argumentação, do nosso ponto de vista, reside na má formulação do processo de expropriação dos meios de vida que formam o trabalho abstrato como um “particular histórico” do trabalho dentre as atividades humanas de reprodução¹⁴.

Nesse sentido, conforme Marx (2011: p. 388) tenta explicitar em seus manuscritos, o trabalho abstrato só passa a ser praticado quando os sujeitos perdem seus meios de troca direta de atividades entre membros de uma comunidade ou aldeia, perdendo “a unidade natural do trabalho com seus pressupostos objetivos” (MARX, 2011: P. 389), no caso da aldeia e comunidade, o pôr do trabalho é auto-conservação do clã. Isto significaria dizer que o trabalho livre, tal como hoje o concebemos, associa o indivíduo a objetivos alheios a sua própria reprodução. Enquanto contratado, o indivíduo emprega sua força e vitalidade para desenvolvimento de projetos e valores desconhecidos às suas necessidades reais.

Diante da situação aqui apresentada, o desafio torna-se a reconhecer a relevância do trabalho doméstico como dispêndio de energia e sensibilidade que permite a sobrevivência humana, que não caia no paradigma do trabalho abstrato como único meio de equiparação entre todos os trabalhos desenvolvidos na forma social capitalista.

Tal equiparação, por outro lado, incorreria no erro de não reconhecer a exclusão do trabalho reprodutivo da vida pública como consequência do trabalho abstrato, dito

perde sua autonomia quando na ocasião dos processos de expropriação e acumulação primitiva de capital, que desmembram a comunidade, separam o trabalhador do seu meio de reprodução, e o reposiciona na sociedade em formação como indivíduo a ser integrado pela venda de sua força de trabalho e consumo individual de mercadorias.

¹⁴ Nessas duas formas (que precederam a produção capitalista), os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham. A finalidade desse trabalho não é a criação de valor – embora elas possam realizar trabalhos excedentes para trocá-lo por trabalho alheio, *i.e.*, produtos excedentes –; ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. O pôr do indivíduo como um trabalhador, nessa nudez, é ela própria um produto histórico. (MARX, 2011: p. 388).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

produtivo, voltado para a reprodução racional do valor e das coisas que rendem valorização do dinheiro.

O trabalho reprodutivo, dentro dessa dinâmica, na verdade, apenas constitui parte da reposição da força de trabalho necessária para tal. Quando essa força de trabalho reproduzida não é incorporada, a energia dispendida pela trabalhadora doméstica também é invalidada.

Trata-se, ao nosso ver, não apenas de uma dificuldade de reconhecimento do trabalho doméstico como meio importante para a reprodução da força de trabalho, mas, sim, da força de trabalho humana ter sido excluída e adquirido obsolescência em vários processos produtivos.

A situação aqui apresentada consegue exemplificar materialmente algumas das elaborações feitas a partir da crise do trabalho como consequência imanente da sociedade do valor, uma vez que o trabalho abstrato humano, nesse contexto, fora um acessório para empreendimentos tecnológicos maiores que puderam substituí-lo e, com isso, excluí-lo do processo, eliminando gastos do custo de produção.

Almir, nesse caso, fora um trabalhador ativo da produção do espaço, num momento em que suas possibilidades de remuneração derivavam da incorporação de outros trabalhadores periféricos a meios formais de serviços nos meios privados ou públicos. No momento em que as contratações diminuíram e as jornadas de trabalho flexibilizadas, a contratação de serviços autônomos para realização de autoconstrução de moradias também diminuiu.

“O excesso de força trabalho” que está corporificado na vida de Almir e Nice, passam nesse contexto de crise da empregabilidade, assim como é divulgado pelos meios de comunicação, como um problema para a gestão populacional e do território (DIETER, 2014: p. 10). A forma como o Estado vai incorporar a responsabilidade com a reprodução dessas vidas dependentes da mercadoria figurará os futuros desenhos das políticas de distribuição de renda.

Atualmente, o Trabalho Reprodutivo tem sido discutido por movimentos sociais e movimentos feministas, sendo, geralmente, abordado pela ausência de remuneração. Tais formulações, que apostam na ascensão de programas distributivos uma possibilidade de superação das contradições concernentes as condições de reprodução da vida, diante

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

do acirramento da crise do capital, veem-se limitadas e subordinadas as possibilidades de governo democrático existente.

Mas, ainda assim, os acúmulos conquistados na identificação das mulheres como principais chefias das unidades familiares conduziu a feminilização das políticas sociais (NUNES, 2020: p. 20), as quais possibilitaram, por um lado, a autonomia financeira de mulheres em relação a vínculos de dependência, e, por outro, contribui para a inauguração de um novo tipo de dependência. É possível formular, adiante, que a transferência de renda também facilita a transferência de funções voltadas à reprodução social nas mãos de mulheres, uma vez que os programas distributivos ganham maior relevância de governo do que a criação de infraestruturas públicas de cuidado, como refeitórios públicos, espaços de lazer e recreação, lavanderias públicas e etc – como Kollontai e Lenin objetivavam na República Soviética.

Nesse contexto, nossa preocupação é retomar o debate reprodutivo sob uma abordagem que privilegie identificar sua aparição no interior dos processos de constituição da sociabilidade capitalista a partir da produção do espaço urbano, mobilizando expropriação, que neste caso, se dá de modo autonomizado das condições de incorporação de trabalho subsequentes, resultando na liberação de uma massa de proletariados urbanos subordinados a mediar-se pelo dinheiro e pela mercadoria, embora não possuam salário. As políticas distributivas, embora mantenham-se urgentes, repõem tal dominação e dependência.

Silvia Federici, ONU Mulheres e Roswita Sholz:
Contribuições contemporâneas ao debate

O motivo pelo qual o trabalho doméstico tornou-se, passado algumas décadas após a Segunda Guerra Mundial, tema central no debate feminista, remonta a experiência de feministas da época em relação a eclosão de contradições entre o mundo público e privado, onde, por decorrência da guerra em países da Europa ocidental e a sua crise subsequente, os problemas da reprodução social passaram a constituir com maior evidência as dinâmicas da vida privada, esta última, por sua vez, predominantemente organizada por mulheres.

A questão do trabalho reprodutivo foi encarada, primeiramente, como trabalho doméstico, ou seja, compreendido como conjunto de atividades e relações pelas quais a

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

vida é reproduzida e, por isso, reconstituída diariamente ao mundo público (FEDERICI, 2019: p. 65). Mais tarde a definição de trabalho reprodutivo e trabalho doméstico ganharam novas tessituras, na medida em que parte da atividade reprodutora da vida fora reconhecida em espaços alheios à casa (como hospitais, creches, escolas e etc).

A rigor, todas as atividades que envolvam o cuidado com a vida poderiam ser apreendidas como conjunto do trabalho reprodutivo, o que permite incluir profissionais de saúde, da educação – sobretudo a infantil -, empregados da limpeza de ambientes públicos e corporativos, profissionais, em sua maioria, que exerçam atividades cuja realização é dar condições para constituição da força de trabalho, da energia e da vitalidade humana para produção e reprodução da sua existência enquanto trabalhador e pessoa. O trabalho doméstico exercido pelas mulheres dentro de casa é apenas mais uma das figuras que compõe todo o trabalho reprodutivo envolvido na reposição da sociedade.

No entanto, a partir disso, se não levarmos em consideração a maneira como a reprodução ocorre, em quais condições é colocada e para quais objetivos este trabalho é usurpado, podemos incorrer no erro de dissociar a forma do trabalho doméstico da forma social capitalista. O cuidado empregado em tais formas de atividade se diferem do cuidado exercido no interior de outros modos de vida, cuja a dimensão da vida humana não tem os mesmos sentidos que os empregados na sociabilidade capitalista. Tal compreensão foi passo importante para que os movimentos feministas confrontassem as questões concernentes ao trabalho doméstico como um aspecto da exploração capitalista sobre as mulheres, até então excluídas da narrativa da luta de classes por não pertencerem ao ambiente fabril (FEDERICI, 2019: p. 22).

O fato de todo o amor, a delicadeza e cuidado empregado na reprodução dos parentes através da organização de sua alimentação, do seu ambiente de descanso e reparo, do trato com suas roupas e aspecto físico, na administração da vida financeira familiar, na atenção primária à saúde, na vigilância dos aspectos morais e éticos incorporados na educação dos filhos, entre tantas outras tarefas coladas ao cotidiano da vida privada, serem vistas, no auge da Segunda Guerra Mundial, consumidas pela máquina da guerra, permitiu a percepção de que todo esse cuidado não estava apenas voltado a reprodução da vida humana em geral, mas sim, usurpado para a utilização da vida humana de forma específica, onde a energia e a vitalidade nutrida por tais mulheres no corpo de seus filhos e maridos, era diariamente consumida com a venda da força de

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

trabalho que estes carregam em suas corporeidades (FEDERICI, 2019: p. 23). Não se trata, portanto, de um cuidado em geral, mas sim de um cuidado que retorna à sociedade como qualidade a ser subsumida pelo mercado de trabalho – e, no contexto citado por Federeci (2019: p. 24), inclui-se também o uso dessas vidas na guerra.

A confrontação com o “trabalho reprodutivo” foi o fator determinante para muitas mulheres da minha geração, que cresceram após a Segunda Guerra. Depois de dois conflitos mundiais que, no intervalo de três décadas, dizimaram mais de setenta milhões de pessoas, os atrativos da domesticidade e a perspectiva de nos sacrificarmos para produzir mais trabalhadores e soldados para o Estado não faziam mais parte do nosso imaginário.”. (FEDERICI, 2019: p. 24)

As consequências da guerra, do ponto de vista da reprodução social, levaram os movimentos feministas da época a radicalizarem discussões que, até os anos 70 no ocidente, limitavam-se a reforma e a organização espacial dos espaços privados para melhor integrar as tarefas domésticas à vida social, questionando, pela primeira vez, o caráter compulsório da função reprodutiva à figura feminina (FEDERICI, 2019: p. 24). Mas, para além disso, outro importante aspecto levantado pelas feministas marxistas foi a associação deste trabalho à reposição da força de trabalho, permitindo, com isso, saltar do simples debate sobre a inversão de papéis masculino e feminino entorno do cuidado, para um debate mais profundo sobre a natureza do trabalho reprodutivo quando momento acessório da reprodução das relações capitalistas de produção.

A reconceitualização do cuidado, do trabalho doméstico exercido pelas mulheres no interior da casa proletária como “sujeito da (re)produção da força de trabalho”¹⁵, portanto, deriva da tentativa de mobilizar as categorias concernentes as relações capitalistas de produção para explicar a exploração da atividade doméstica como condição para reprodução social, identificando na sua ausência de remuneração¹⁶ um fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo (FEDERICI, 2019: p. 25).

¹⁵ A campanha por salários para o trabalho doméstico teve início no verão de 1972, na cidade italiana de Pádua, com a formação do International Feminist Collective, composto por mulheres da Itália, Inglaterra, França e dos Estados Unidos.

¹⁶ Salário pelo trabalho doméstico.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Tais formulações foram amplamente divulgadas na luta política liderada pelo Movimento “Salários Para o Trabalho Doméstico” – em inglês Wages for Housework –, pelo qual Silvia Federici construiu parte de sua militância feminista. Na concepção da autora o movimento encerrou importante ruptura com a tradição leninista que separava a luta econômica da luta política, rejeitando as possibilidades de avanço social através das lutas salariais. Lutas, as quais, segundo Federici, tinham o objetivo de reposicionar os trabalhadores na contradição capital-trabalho, sendo o salário uma categoria estratégia para tensionar a divisão desigual do trabalho, enfraquecer as hierarquias internas a classe trabalhadora, e, agora também atuar na desnaturalização da divisão sexual do trabalho¹⁷.

O objetivo era provocar um processo de mobilização feminista internacional que forçaria o Estado a reconhecer o trabalho doméstico como um trabalho – ou seja, uma atividade que deve ser remunerada, pois contribui para a produção da força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção. (FEDERICI, 2019: p. 26)

A reivindicação por salários também partia do pressuposto da continuidade de uma acumulação primitiva¹⁸ representada na manutenção do trabalho reprodutivo sob relações não-capitalistas de produção¹⁹ que poderiam, eventualmente, contribuir para ampliação dos lucros capitalistas, uma vez que o trabalho gratuito das mulheres permite a redução dos gastos totais com a reprodução da mão de obra. Sobre isso:

Em outras palavras, a WfH²⁰ era revolucionária para nós porque reconhecíamos que o capitalismo precisa de trabalho reprodutivo não-remunerado a fim de conter o custo da força de trabalho, e acreditávamos que uma campanha de sucesso permitiria drenar a fonte desse trabalho não remunerado, quebrando o processo de

¹⁷ Sobre isso Silvia Federici (2019) escreve: “Sob meu ponto de vista essa concepção do salário – que rejeitava a separação leninista entre as lutas econômica e política – tornou-se um meio para desenterrar as raízes materiais da divisão sexual e internacional do trabalho, e, em meus trabalhos posteriores, o “segredo da acumulação primitiva”. ” (2019: p. 24).

¹⁸ Envolvendo expropriação de recursos humanos e territoriais para serem, posteriormente, rearranjados na formação da cadeia mundial da produção e circulação de valores, ainda que tais personagens, como a dona de casa, entrassem em cena sob relações não capitalistas de produção.

¹⁹ Isto é, a exploração do trabalho voltado para reposição de uma cadeia produtora de mercadorias sem que este inclua o sujeito às relações salariais.

²⁰ Movimento Wages for Housework – Salários para o Trabalho Doméstico.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

acumulação de capital, confrontando capital e Estado em um terreno comum as mulheres. ”. (FEDERICI, 2009: p. 26).

A principal reivindicação, sobretudo, envolve a redistribuição da renda do trabalho através do salário. A mudança significativa em relação as teorias leninistas, principalmente encabeçadas por Alexandra Kollontai, é o fato da política operária deslocar-se da reivindicação da produção dos meios coletivos de reprodução da vida, – representados pelos projetos das lavanderias, creches e refeitórios públicos –, para as lutas salariais, objetivando a remuneração individual dos trabalhadores, melhorando, com isso, a sua integração às relações de mercado. Projetos que objetivavam retirar do ambiente privado o trabalho reprodutivo, reinserindo-o na vida pública, de modo a liberar, também, a mulher de tais serviços para que pudesse atuar politicamente fora de casa, compondo outras frentes de trabalho e adquirindo centralidade na organização política nos sindicatos.

Os projetos soviéticos para as mulheres, ao fim, tinham como pressuposto o trabalho abstrato como atividade humana ontológica, sendo, desse ponto de vista, o trabalho doméstico uma forma de privação da mulher ao exercício da sua liberdade e natureza. A libertação feminina, deste modo, tinha como horizonte o trabalho assalariado e o exercício de funções públicas, desta vez não mais voltadas para o cuidado. A perspectiva soviética ficou datada ao passo que o movimento feminista passou a reconhecer a relevância do cuidado na produção da consciência dos “comuns” (FEDERICI, 2019: p. 27).

Contudo, experiências de assalariamento do trabalho doméstico não estão longe do presente. No Brasil, assim como em outros países periféricos, este tipo de atividade se formou enquanto categoria no mercado de trabalho “informal”, se tornando uma ocupação fundamental para muitas mulheres empobrecidas. Segundo dados da PNAD Contínua²¹, coletados pelo IBGE²², sobre os aspectos do trabalho doméstico em 2019 e 2020 no Brasil, de 4,19 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil mais de 92% da categoria é ocupada por mulheres, e dentre as 4,5 milhões de brasileiras, 3 milhões são mulheres negras.

²¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Embora o estudo organizado pelo DIEESE²³ aponte para a diminuição das oportunidades de trabalho dentro da categoria entre os anos de 2019 e 2020, as condições de remuneração e acesso a direitos trabalhistas recrudesceram: de 73% em 2019 subiu para 75% o número de trabalhadoras sem carteira assinada. Já o rendimento médio mensal, a nível nacional, caiu de R\$ 924 para R\$ 876, afetando também a estabilidade empregatícia do setor, uma vez que as condições de remuneração dependem do nível salarial médio. Outro dado importante coletado apenas no ano de 2019 é a quantidade média de horas de trabalho e cuidados prestados semanalmente pela categoria: 52 horas semanais.

No entanto, entre os dados apresentados não é possível quantificar ou identificar *o tanto de trabalho doméstico não-remunerado* envolvido na totalidade da reprodução social, o que, inclusive, compreende a jornada de trabalho reprodutivo que as próprias trabalhadoras do cuidado assumem em suas vidas privadas e/ou comunidades. Para pensar, portanto, o trabalho doméstico não-remunerado é preciso pensa-lo para além daquele prestado fora de casa. A exemplo do observado em trabalho de campo, mulheres cujos maridos ficaram desempregados durante a pandemia, passaram a extrair renda prestando serviços de babá e cuidadora de idosos a outras mulheres da mesma região, as quais, todavia, também exerciam a mesma atividade para famílias de classe média, ou então, estavam empregadas informalmente em outros tipos de serviço.

O caso de Nice, no qual, das 24 horas diárias, ela tivera 13 horas ocupadas no cuidado com duas crianças para extrair o total de R\$ 600 por mês, motivou a preocupação do estudo acerca das condições de reprodução daquelas que mantêm a reprodutibilidade de outras famílias e mulheres.

A situação encontrada em campo, porém, *não é um caso isolado muito menos contingente as condições excepcionais trazidas pela COVID-19*, as entrevistadas afirmam que tais tipos de troca de cuidados sempre existiram dentro das comunidades, seja como forma de extração de renda, seja como forma de possibilitar a saída para exercício de atividade remunerada fora de casa.

Tais condições de reprodução motivaram a busca por documentos que versassem sobre as condições do trabalho doméstico durante a pandemia. Em 2021 a CEPAL²⁴ em

²³ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

²⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

cooperação com a ONU MULHERES²⁵ e a OIT²⁶ publicou um documento-denúncia alertando sobre as dificuldades de regularização das relações de trabalho no âmbito dos serviços domésticos em todo território latino. No documento, porém, as organizações identificaram um fenômeno que deram o nome de “*Crise dos Cuidados na metrópole*”. Na perspectiva das instituições a crise dos cuidados, recrudescida pelo contexto pandêmico, *é uma consequência da entrada das mulheres no mercado de trabalho*, que, por outro lado, é superada com a terceirização das funções reprodutivas que esta abandona nas mãos de mulheres empobrecidas que se colocam disponíveis no “mercado de cuidados”.

Não só a identificada “crise dos cuidados”, mas a forma como as instituições a qualificam me chamou atenção, primeiramente, porque a incorporação do trabalho feminino na reprodução econômica fora apontada como principal origem da crise, antes mesmo de se pensar a disponibilidade de instituições de cuidados e responsáveis pela reprodução social ao longo dos anos.

A interpretação parece naturalizar a função reprodutiva à figura feminina, mas para além disso, *naturaliza a sua individualização*. O trabalho exercido por cuidadoras, empregadas domésticas, babás e trabalhadoras dos serviços de limpeza são entendidos como “*fundamentais para a sustentabilidade humana*” nas metrópoles. Se, por um lado, as instituições reconhecem a importância deste trabalho para a reprodução social na metrópole, por outro apresentam propostas e problematizações inconsistentes, como por exemplo, o fato de não reconhecerem que o trabalho doméstico é fundamental para a própria reprodução do trabalho assalariado, seja ele exercido por outra mulher ou pela mesma através de uma jornada dupla ou tripla.

No documento também são identificadas “*correntes migratórias do cuidado*”, significando que boa parte das mulheres da categoria exercem a função fora de suas cidades de origem, assim como só encontram “mercado” para tal serviço nas principais metrópoles de seus países. São caracterizadas como mulheres cuja a força de trabalho não é qualificada para compor outras frentes de serviço, sendo incorporadas, portanto, na reprodução privada de unidades familiares cujas as mulheres desempenham atividade remunerada fora de casa.

²⁵ Organização das Nações Unidas – Setorial de Mulheres.

²⁶ Organização Internacional do Trabalho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O fato de ser identificado um fluxo de mulheres empobrecidas em direção às metrópoles, nas quais se empregam dos cuidados, suscita o questionamento sobre quais processos têm determinado a mobilização destas mulheres de seus lugares de origem. A expansão das fronteiras agrícolas seguida da queda dos níveis de empregabilidade no país apresentam-se no horizonte de respostas, mas, faz-se daí necessário pensar quais as formas de expropriação contemporâneas às transformações do capital em crise – questões essas não colocadas pelas organizações responsáveis pela pesquisa.

As soluções previstas para superação das contradições expostas estão predominantemente voltadas para a melhora das condições de assalariamento, porém, indicando *que estas devem ocorrer através da relação entre a família contratante e a trabalhadora contratada*, sendo assistida pela legislação trabalhista oferecida pelo Estado Nacional. Explicam, deste modo, *a precariedade do setor como permanência de traços escravistas na sociabilidade e, com isso, ausência de modernização das relações de trabalho dentro do mercado de cuidados*. A CEPAL aconselha os Estados latino-americanos e caribenhos a incentivarem, por meio de concessões previstas em legislação, as famílias empregadoras a formalizarem os contratos de trabalho, assim como a remuneração.

Porém, dentro da perspectiva apresentada não se pensa, por exemplo, a situação de mulheres que não possuem renda suficiente para remunerar as mulheres que se encarregam das tarefas que não pode exercer, como é o caso das contratantes encontradas em pesquisa de campo. As soluções previstas pelas comissões governamentais não capturam suficientemente as contradições que envolvem os processos de remuneração do cuidado, porque fundamentam suas pesquisas no pressuposto dualista de que todas as relações de trabalho envolvidas neste setor são personificadas por famílias cuja renda é inversamente superior a renda da mulher contratada.

Tal pressuposto, embora não isento de verdade, dificulta a interpretação radical do problema, levando a interpretações ético-moralistas. Tendo isso em vista, o objetivo do estudo aqui proposto é identificar as contradições estruturantes que envolve tais relações de trabalho, tendo como pressuposto que tal “crise dos cuidados” não é fruto da incorporação de mulheres no mercado de cuidados, mas sim, resultado do próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas.

Diz-se que a emancipação feminina é a entrada no mercado de trabalho, mas somente a mulher, dependendo dos arranjos familiares, é quem pensa duas vezes como

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

fará para administrar as tarefas de cuidado que, não se sabe como e quando, passou a assumir ao longo da vida, seja no cuidado das crianças, dos idosos ou enfermos que pertencem a sua rede familiar. A escolha por uma babá, diarista ou cuidadora passa, também, pela capacidade de remuneração de cada família, ou, precisamente, da qualidade da remuneração salarial da mulher assalariada. Nos casos em que, com o salário, não se faz possível incluir as defesas com a contratação de outra mulher, ficará a cargo desta encontrar as pessoas, dentro ou fora da família, que possam assumir essa tarefa sob outras formas de troca, que não passem pela monetarização.

Em ambos os casos, o grande problema é que, para uma mulher emancipar-se de sua vida privada e conseguir integrar-se a vida pública, ela terá de terceirizar as tarefas que deixa para trás nas mãos de outra mulher, a qual, geralmente, não possuiu das mesmas oportunidades de qualificação de sua força de trabalho. Ou, então, ficará por conta da afinidade entre amigas, irmãs, tias ou avós, ainda que estas ocupem outros cargos. O fato que versa sobre ambos os casos é que a tarefa dos cuidados permanece no domínio privado da vida, ainda que estas mulheres, sejam as assalariadas ou não, dirijam-se ao espaço público para repor-se como força de trabalho da metrópole em processo.

Não se encontra redes de apoio públicas ou infraestruturas de cuidado disponíveis para arcar com estas demandas. Isso é também motivo que leva a força de trabalho feminina a ser preterida em vários casos, porque ao longo de sua carreira, mulheres que são mães, filhas ou irmãs, terão de equilibrar suas carreiras com o trabalho de reprodução da vida de um outro. A força de trabalho feminina apresenta, portanto, instabilidade ao invés de regularidade na capacidade produtiva.

Do ponto de vista da reprodução social, a sociabilidade capitalista implica não só a expropriação da terra e dos meios de vida como coerção fundante para a venda da força de trabalho, como também envolve o desmembramento das coletividades. Quanto mais individualizado, mais coagido, portanto, o indivíduo está, uma vez que se vê impedido de estabelecer relações de cooperação numa forma social em que tais relações de reprodução são monetarizadas, e/ou, mediadas pela mercadoria.

A mercadoria, por sua vez, resulta, ao contrário de uma natureza, sim, de um processo social de produção, no qual, os trabalhadores são alienados dos produtos de seu trabalho, uma vez que estes entram no processo produtivo como vendedores da força de trabalho independentes um dos outros, e separados do meio de produção. As apropriações

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

privadas dos meios de produção retiram dos trabalhadores o controle sob os processos produtivos.

Na esfera da produção, portanto, os produtores de mercadorias estão autonomizados. A divisão social do trabalho distribui os trabalhadores em momentos específicos do processo produtivo, de modo que estes, especializados numa determinada parte, não conseguem apreender o processo em sua totalidade. No processo produtivo, portanto, os indivíduos são lançados como independentes, no entanto, somente na esfera da circulação, da troca, a interdependência aparece, porém, mediada como dependência dos indivíduos pelas mercadorias, e não pelos trabalhos úteis contidos nelas.

Sendo assim, ainda que na esfera da produção, os indivíduos estejam separados uns dos outros, na medida em que produzem para o mercado, a sociabilidade já presente no processo de produção, só se realizará efetivamente na esfera da circulação – da troca, sob a forma de relação entre coisas, e não como a relação direta entre indivíduos.

Portanto, ainda que haja melhora no acesso as relações de mercado, isso não significa que as relações de cuidado ganharão relevância. Isso porque a sociabilidade capitalista se realiza abstraindo a dimensão sensível das relações humanas, e onde essa condição se exacerba é na metrópole, cuja as instituições de cuidado pouco conseguem realizar seu propósito tendo em vista a quantidade de demanda para administrar. Para gestar a população nestas condições de generalização da pobreza e de dificuldade de reprodução, as políticas acabam por serem postas em prática de modo a abstrair a multidão de particularidades para que se cumpra a meta de atendimento estabelecida.

O movimento feminista, segundo Roswita Scholz, esteve muito dedicado a incluir a mulher e sua particular condição no capitalismo às lutas operárias, as quais atingem seu ápice crítico na oposição a apropriação da mais-valia pelos capitalistas (SCHOLZ, 2017: 7). Portanto, para tais feministas faz-se importante o assalariamento do trabalho doméstico como princípio estratégico da inclusão das relações de gênero no paradigma da luta de classes. No entanto, a abordagem do trabalho doméstico pela ausência de remuneração já vem se apresentando insuficiente para compreender a dimensão do problema em processo.

A correlação entre a dominação patriarcal e capitalista não parece estar centrada apenas na dificuldade de assalariar tal trabalho, mas sim, como apontado por Scholz (2017), na cisão entre o espaço privado e espaço público, pelo qual se separa também a reprodução da vida de todas as atividades sociais. Para Scholz (2017: p. 8) é equivocado

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

colocar a reprodução da vida nos mesmos termos da produção de mercadorias, uma vez que o assalariamento enquanto política pode terminar por reificar mais as mulheres, assim como contribuir para a mercadorização da “produção da vida”.

Uma possibilidade de abordagem do tema, contudo, se dá pela via da crítica do “valor”, do trabalho abstrato, como este sendo uma forma particular de trabalho que usados economicamente e administrado empresarialmente confina a vida reprodutiva no espaço doméstico, uma vez que o trabalho “produtivo” implica ao sujeito a alienação do seu tempo de vida para produção de coisas alheias à sua própria reprodução. O uso do trabalho na forma do valor, portanto, é a origem do confinamento do momento reprodutivo, que se torna mero acessório da reposição da força de trabalho, e que, na história ocidental, ficou personificada na figura da mulher (SCHOLZ, 2017: p. 9).

Uma saída para tal dilema poderia a meu ver ser oferecida por uma compreensão crítica da teoria de Marx que justamente não superestimasse o “valor”, ou seja, a forma de representação do trabalho abstrato, diferentemente do marxismo cunhado pelos movimentos trabalhistas, o qual define o “trabalho” como característica do gênero humano (com o que concordam as feministas supracitadas). Pelo contrário, tratar-se-ia de uma crítica do “trabalho”, que na qualidade de “consumo econômico-empresarial abstrato da força de trabalho e matérias-primas” se torna cada vez mais obsoleto e tem de ser posto em questão (R. Kurz). Salvo engano, é precisamente a ascensão do princípio masculino (1) do “trabalho abstrato como um tautológico fim em si mesmo” (R. Kurz) que traz como resultado o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental, produzindo, ao fim e ao cabo, a perda da dimensão sensível das relações humanas, a destruição da natureza e a ameaça de guerra nuclear. (SCHOLZ, 2017: p 11)

A perspectiva apresentada por Scholz (2017: p. 12) possibilita a radicalização da crítica à exploração do trabalho doméstico como mais um dos aspectos da exploração da vitalidade humana pela reprodução do valor, com isso, reivindicar o seu estatuto de trabalho abstrato só iria aprofundar a contradição. Identificar tal forma de sociabilidade é, por isso central na compreensão da associação patriarcado-capitalismo, *pois permite compreender a separação do trabalho reprodutivo da vida coletiva como momento da formação categorial do trabalho-livre assalariado.*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A trama de Nice oferece-nos material para refletir as teorias aqui apresentadas, pelas quais, na união teórica com a prática social, faz possível perspectivar estratégias políticas para enfrentamento do problema aqui denunciado.

Em primeiro lugar faz-se relevante destacar o caráter da denúncia que se pretende neste breve estudo, o qual não visa, somente, discriminar o sexismo presente na atribuição desigual das tarefas domésticas entre homens e mulheres, mas sim numa tentativa de reconstituição da história de exploração do trabalho doméstico e reprodutivo no interior da formação social capitalista, onde a vitalidade humana, nutrida por esses trabalhos, sejam eles desempenhados de forma remunerada ou não, por homens ou mulheres, é revertida na exploração da energia e força para produção de valores e objetos em geral alheios a reprodução da vida. Tendo isso em vista, é possível avançar no debate sobre o problema sem limitar-se a saídas morais e comportamentalistas, arriscando, quem sabe, para uma reflexão mais aprofundada sobre o caráter do trabalho e da atividade humana dentro da sociabilidade capitalista.

Aqui em muito abordamos o termo Trabalho Improdutivo, Produtivo, Abstrato e Reprodutivo de forma a não definir os critérios que diferenciam um e outro. Acontece que, para cada autora que teorizou a questão do trabalho doméstico e materno, os termos mobilizados ganharam qualidades diferentes, representando, com isso, perspectivas políticas igualmente distintas. Para Kollontai e a primeira geração de marxistas-feministas, em que a reivindicação do direito ao trabalho livre constituía para suas consciências uma forma de emancipação e equidade de acesso aos mesmos direitos dos homens, o trabalho doméstico e materno fora qualificado como improdutivo, isto é, que não estava produzindo materialmente a realidade social, mas atuando na sua reposição.

O horizonte político derivado desta teoria culminou no desenvolvimento de infraestruturas públicas de reprodução, chamadas pelos marxistas-leenistas de meios coletivos de reprodução da vida, representados por creches, escolas, lavanderias públicas e cozinhas comunitárias que pretendiam liberar a mulher da vida privada, colocando para fora, para o espaço e relações públicas, a demanda reprodutiva. Nesse sentido, tais serviços e direitos deveriam ser de responsabilidade do Estado Nacional, reconhecidos como investimento como verdadeira atuação na formação de trabalhadores inteiramente

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

livres e aptos para ocupar funções na indústria, redes de serviço e assistência, escolas, universidades e partidos nacionais. O cuidado com a vida das pessoas figuraria, no Estado Socialista, papel fundamental no planejamento econômico e na produção do espaço urbano, sendo estes lócus da efetivação da socialização de meios de reprodução comuns.

Nos chama atenção, por outro lado, o forte apelo a produção de trabalhadores. Segundo as experiências históricas, a beleza teórica dos planos de Kollontai e Lenin foram sobrepostos pela intermitente exploração de trabalhadores na indústria e serviços para utilização destes em função da necessidade de competitividade da União Soviética no mercado mundial. A organização do trabalho livre e a produção deste é o que difere das economias essencialmente capitalistas, em que a reprodução da vida do trabalho e os seus custos são assumidos pelo Estado, enquanto na economia burguesa está é individualizada na instituição familiar ou atomizada no indivíduo. No entanto, o objetivo dos dois, embora cada um implique produção de relações sociais distintas, é a produção de valor e de mercadorias competitivas para aumento da capacidade de acumulação de capital, seja do Estado Nacional ou dos capitais individuais. A gestão populacional se diferencia, portanto, em cada uma das modalidades de produção.

No caso brasileiro contemporâneo, o qual se inscreve a experiência de Nice, tais serviços e equipamentos foram adaptados às democracias liberais periféricas, mas ganharam sentidos diferentes na medida que o trabalho humano adquiriu obsolescência. Conforme relatado no caso de seu sobrinho assim como seu vizinho, os equipamentos existentes, inseridos numa dinâmica de diferenciação social em que a estrutura de classes, ou talvez de extratos salariais, ainda é relevante, o acesso a equipamentos públicos fortemente dotados de ideologias assistencialistas acaba por estigmatizar aqueles que se beneficiam do direito, uma vez que estes podem ser adquiridos, na qualidade de mérito, nos serviços privados. Aquilo que é pago, portanto, figura ainda como critério de prestígio social, pois o salário e a carteira assinada, num país fortemente marcado pela formação negativa do trabalho, ainda se constitui como critério de distinção social.

Nos serviços públicos, estes importantíssimos à sociedade, a depender das gestões e ideologias colocadas em práticas por estas, a população atendida é tratada como dependente do Estado, ou seja, como pessoas as quais “ainda” não obtiveram salário suficiente para mediar-se através de mercadorias e equipamentos privados através do “próprio trabalho e mérito”, gerando, com isso, um gasto para o Estado Nacional. Deste

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

modo, no horizonte das democracias liberais os serviços públicos parecem sempre serem entendidos como etapa provisória no desenvolvimento dos indivíduos, sendo a evolução social destes concatenada na, enfim, possibilidade de acesso as relações de mercado. Eliminar as pessoas destes serviços, os dependentes, portanto, é um caráter que sempre parece estar sublimado no interior das políticas de assistência social no Estado Burguês.

As contemporâneas gerações de feministas, por outro lado, parecem ter abandonado o debate do planejamento urbano e estatal para inclusão de atividades de reprodução ao espaço público, deslocando tal preocupação para o problema do trabalho não-pago. Para essas teóricas o trabalho doméstico e/ou materno já não aparece como improdutivo, é qualificado, deste modo, como reprodutivo, reconhecendo sua função de reposição da força de trabalho, com a finalidade de argumentar seu estatuto de trabalho produtivo, ou seja, que produz valor.

Tal reivindicação insiste na generalização do assalariamento do trabalho doméstico, que o preserva, então, como dimensão de domínio privado. A separação entre as duas esferas do espaço urbano, desta maneira, não figura como centralidade no debate, sendo o assalariamento uma medida estratégica e imediata para garantia de autonomia financeira a mulheres dependentes. Na ocasião da impossibilidade de expansão de equipamentos, portanto, o assalariamento representa via de possibilidade.

No entanto, como visto aqui a remuneração do trabalho doméstico é uma demanda em circulação quando este trabalho está contido numa relação de troca, ou seja, quando dois sujeitos a estabelecem. O trabalho doméstico desempenhado no interior da família, nesse sentido, não é tão facilmente reconhecido como troca e dispêndio, dificultando a legitimação de sua equivalência ao estatuto de trabalho produtivo abstrato.

Apesar disso, ainda que tais trocas fossem socialmente compreendidas, o assalariamento esbarra num problema que é o sujeito de sua efetivação. No documento apresentado pelas Instituições Mundiais de Governo é evidente que tal responsabilidade deve ficar restrita a família ou pessoa contratante, não passando, então, pelas políticas de transferência de renda dos Governos Federais. Essa é uma questão que em muito difere da remuneração proposta pelas marxistas-feministas, que pretendem a responsabilização do Estado para com o direito, e não a individualização deste dever na mão de indivíduos que, como aqui vimos, também estão desmonetarizados e pressionados pelas relações de mercado.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Contudo, isso não significa que assalariar e remunerar deva deixar de ser uma pauta política, mas, teoricamente faz-se importante o reconhecimento de suas contradições: a manutenção da troca de trabalhos sob a forma monetária, da forma como proposta, continuaria a perpetuar a individualização da reprodução da vida nos núcleos familiares e privados. De acordo com a crítica radicalizada por Scholz (2017), é importante considerar que as separações do trabalho reprodutivo do trabalho produtivo se expressam na dicotomia espaço privado e espaço público, uma vez que representam dois opostos que mutuamente se constitui.

A eclosão de espaços comunitários de resistência, representados pelas Cozinhas Solidárias mobilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a organização solidária das ocupações por moradia, entre outras estratégias de apoio mútuo para enfrentamento das catástrofes, figura como práxis coerente a crítica radical da exclusão da reprodução da vida da centralidade da vida comum.

Sendo assim, faz-se ainda mais necessário o estudo dessas práticas e das relações sócio espaciais por elas criadas, procurando na prática social dos sujeitos os recursos e equipamentos auto-gestionados onde esses encontram as vias de superação dos seus problemas.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. **Revista Cidades**, v. 6, n. 10, 2009.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. Brasília: Governo Federal, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019: p. 20-45.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Pet Geografia: UFRGS, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-17, jul. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

DIETER, Heinz; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **estudos avançados**, v. 28, p. 55-67, 2014.

KOLLONTAI, Alexandra. **O trabalho Feminino no Desenvolvimento da Economia**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/trabalho.htm>, 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**: Formas que precederam a produção capitalista. Boitempo editorial, 2011: p. 388-424.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

OIT, Cepal Onu Mulheres e. **Trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e no Caribe frente à crise da COVID-19**. Brasília: Cepal, 2020. 19 p. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_751304/lang-pt/index.htm.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

SCHOLZ, Roswitha. **O Valor é o Homem:** Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. S. Paulo: Novos Estudos–CEBRAP, nº. 45 -julho de 2017.

SILVEIRA, Maria Laura. **Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade.** 2011.